

DADOS DA REUNIÃO			
<b>Assunto:</b>	13ª Reunião do Subcomitê Combustíveis Marítimos	<b>Data:</b>	13/04/2022
<p><b>1. PARTICIPANTES</b></p> <p><b>Marinha do Brasil (MB/CCAIMO)</b> Flavio Haruo Mathuiy</p> <p><b>Ministério de Minas e Energia (MME)</b> Danielle Lanhares Ornelas Ronny Jose Peixoto</p> <p><b>Ministério de Infraestrutura</b> Karenina Teixeira</p> <p><b>Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)</b> Alexandre Cardoso Costa Caldeira</p> <p><b>Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ)</b> Ilson Iglesias Gomes Pedro Celso Rodrigo Fonseca</p> <p><b>Empresa de Pesquisa Energética (EPE)</b> Marina Damiano Besteti Ribeiro Carlos Eduardo R. de Mendonça Juliana Rangel Ramos do Nascimento</p> <p><b>PETROBRAS (CENPES)</b> Antonio Fernandez Prada Junior Andre Bello</p> <p><b>Universidade Federal do Rio Grande do Norte (RBQAV/UFRN)</b> Amanda Gondim</p> <p><b>Doutoranda junto a Universidade do Rio de Janeiro (COPPE) e Pesquisadora Associada ao ICCT</b> Francielle Carvalho</p> <p><b>2. PAUTA</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Revisão do relatório do Subcomitê;</li> <li>2. Apresentação de elementos para a estrutura da Estratégia Nacional para Combustíveis Marítimos.</li> </ol> <p><b>3. PRINCIPAIS PONTOS DISCUTIDOS E DEFINIÇÕES</b></p> <p>A reunião foi gravada.</p> <p>Verificado o quórum Flávio Mathuiy (MB) deu as boas-vindas a todos e agradeceu a participação. Dando início a reunião fez uma breve contextualização e comentou que ao rever o trabalho achou que poderia ser mais objetivo e apresentar uma proposta efetiva de uma Estratégia Nacional para os combustíveis marítimos, entretanto mencionou que a Danielle Ornelas lembrou que a estrutura original havia sido aprovada pelo grupo. O Comte Mathuiy concordou e manteve a proposta original do relatório, com todas as seções aprovadas. E caso necessário, seria feito um sumário executivo resumindo os pontos mais importantes para que a argumentação das diretrizes propostas ficasse clara. A seguir passou a discorrer todo o trabalho, mencionando que a EPE estava revendo a seção atinente à viabilidade de produção dos</p>			

biocombustíveis no Brasil, e que a seção prevista sobre a participação dos *stakeholders* seria incorporada ao longo do texto das demais seções, com as contribuições das apresentações dos produtores, comunidade marítima e academia.

Em relação ao item sobre o histórico de redução de enxofre, abordou que embora não tenha relação direta com a redução de GHG, foi mantido por solicitação do MME e, também, para se ter a noção de como foi a evolução da medida aprovada pela IMO. Comentou que houve a inclusão do item participação do transporte marítimo nas emissões de GHG, salientando os aspectos e resultados mais importantes do 4º estudo de redução de GHG da IMO.

A seguir, passou pelo item sobre os principais combustíveis alternativos em discussão no mundo e da importância de uma crítica detalhada pelo pessoal técnico e especialistas. Mencionou que seriam incluídas as referências ao longo de todo o texto. Lembrou que 80% dos investimentos para os novos combustíveis serão despendidos na infraestrutura, assim a importância de uma análise do tópico desafios portuários e de infraestrutura com maior atenção e participação do MINFRA, a fim de que possíveis políticas públicas pudessem ser orientadas nesse sentido.

Posteriormente, foi abordada a seção relacionada ao estudo da COPPE. O Comte Mathuy comentou que ficaram empatados em 5º lugar o biodiesel e o biometano. Nas rotas tecnológicas dos combustíveis promissores, Alexandre Caldeira questionou o eletrometano como um dos potenciais combustíveis, tendo recebido a explicação de Francielle Carvalho que o mesmo não foi bem avaliado e não passou para as fases posteriores. O Comte Mathuy solicitou que a questão da mudança do uso da terra fosse melhor detalhada. Alexandre Caldeira comentou sobre o investimento no Paraguai para a produção de HVO. André Bello abordou que a unidade de produção no Paraguai iria utilizar biomassa local, majoritariamente baseada em soja e sebo. Antonio Prada lembrou que o HVO é uma opção viável para o transporte marítimo, estando inclusive na especificação do *bunker* marítimo na Norma ISO 8217, e sugeriu que fossem expandidas as informações relacionadas ao HVO. Juliana Nascimento afirmou que a planta de HVO do Paraguai ainda não está operacional, e que devido à pandemia e à retração dos investimentos, o projeto inicial foi alterado, para uma planta de biorrefinaria, e não somente para HVO, e que toda a produção seria vendida para o exterior. Lembrou que o HVO é um combustível nobre, com o custo para hidrotreatamento alto e com pouca escala. Assim, o custo seria uma grande barreira para a utilização desse combustível, devendo o mesmo ser comparado com os combustíveis de maior valor agregado. André Bello mencionou que o HVO poderia ser produzido como coprocessamento, aproveitando a infraestrutura existente utilizada para os combustíveis fósseis. O Comte Mathuy solicitou que todas as contribuições fossem trazidas para o texto de modo a tornar o relatório bem completo nos itens pertinentes.

Um aspecto ressaltado por Comte Mathuy e André Bello foi a questão da certificação e rastreabilidade dos combustíveis, devendo ser reforçado no relatório. O André Bello salientou que não é somente da origem da biomassa, mas também seria importante incluir o processo da produção, a fim de aumentar a flexibilidade e as alternativas para a produção. O Comte Mathuy participou que seria importante a inclusão da certificação dos processos para futuras propostas do Brasil na IMO, além de contribuir com informações relativas aos critérios de sustentabilidade e elegibilidade na avaliação do ciclo de vida dos combustíveis marítimos. Rafael Barros lembrou que a Marília Follegati (EMBRAPA) e Joaquim Seabra (UNICAMP) são os especialistas no assunto. O Comte Mathuy solicitou apoio para conseguir o contato da Marília Folegatti para uma possível apresentação sobre certificação e RenovaCalc para o Subcomitê.

Após passar por todas as seções do relatório, o Comte Mathuy participou que foram retirados os fatos pertinentes e análise parcial do texto e que fariam parte da conclusão.

Encerrada a primeira fase, o Comte Mathuy passou a apresentar uma proposta de estrutura para uma possível Estratégia Nacional para os combustíveis marítimos. Participou que essa proposta tinha sido adaptada, baseada na metodologia de estratégias desenvolvidas na Marinha e, portanto, carecia de uma apreciação cuidadosa para verificar sua adequabilidade pelos especialistas em políticas públicas.

Após sua apresentação, informou que seriam disponibilizadas as propostas para avaliação dos representantes, para posterior decisão em relação a qual caminho deveria ser seguido pelo grupo.

Não havendo mais nenhum questionamento ou assuntos pendentes, agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião.